



Estado de Santa Catarina
Município de Iporã do Oeste
Câmara Municipal de Vereadores
Caderno de Provas
Edital de Concurso Público nº 001/2015



Prova: Conhecimento Especifico
 Português
 Matemática


Prova para provimento do cargo de
ADVOGADO

TIPO DE PROVA: 01

INSTRUÇÕES:

- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identificação e a caneta esferográfica de tinta preta ou azul, de material transparente.
- Preencha o **CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO**, com as informações solicitadas.
- Confira se sua prova é para o cargo ao qual se inscreveu e se a mesma contém 35 questões, numeradas de 1 a 35. Caso contrário, informe imediatamente ao fiscal de sala.
- Não serão aceitas reclamações posteriores por falha de impressão e/ou total de questões.
- Para cada questão existe apenas **UMA** resposta certa.
- A resposta certa deve ser marcada no **CARTÃO DE RESPOSTA**.

VOCÊ DEVE:

- Verificar o **TIPO DE SUA PROVA**, descrito acima, e preencher o quadrado do **CARTÃO DE RESPOSTA** ao qual ela corresponder, conforme ao lado demonstrado.
- Verificar, no caderno de provas qual é a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu e preencher essa letra no **CARTÃO DE RESPOSTA**.
- Forma correta de preencher o **Tipo de Prova** e o **Cartão de Resposta (Gabarito)**: → 

CARTÃO RESPOSTA

Tipo de Prova: 1 2 3 4

ATENÇÃO:

- As marcações duplas, rasuradas ou marcadas diferente do modelo acima, ocasionará a anulação de sua prova e/ou questões.
- É de responsabilidade do candidato o preenchimento dos dados do **CARTÃO DE RESPOSTA**.
- A prova terá duração de **03horas**, incluído neste horário, o tempo para o preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTA**.
- A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas.
- Ao sair da sala, entregue o **CARTÃO DE RESPOSTA** e o **CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO** ao fiscal da sala e retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

QUESTÕES DE CONHECIMENTO ESPECÍFICOS

01. Conforme artigo 37, inciso I, da CF/88, os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis:
- A) Aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
 - B) Ao cidadão brasileiro somente, que faça seu cadastro no órgão competente e apresente documentação comprobatória de estar em dia com suas obrigações eleitorais.
 - C) Somente àqueles aprovados previamente em concurso público.
 - D) Aos brasileiros residentes no município e local da vaga.
02. Em relação à estabilidade do funcionário público, não podemos afirmar que:
- A) A previsão legal está prevista na CF/88 e na Emenda Constitucional 19/98.
 - B) São estáveis após três anos de efetivo exercício.
 - C) Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público têm estabilidade desde sua assumpção ao cargo.
 - D) Nenhum funcionário público possui estabilidade.
03. A perda do cargo pelo funcionário público estável, só pode ocorrer, exceto:
- A) Extinção do cargo que ocupa.
 - B) Em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
 - C) Após sua defesa em processo administrativo.
 - D) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
04. Consideram-se servidores não estáveis, para os fins do artigo 169, parágrafo 3º. II, CF/88, aqueles admitidos, exceto:
- A) Na administração direta, sem concurso público de provas ou de provas e títulos após o dia 5 de outubro de 1983.
 - B) Sem apresentação dos diplomas de curso superior, após o dia 5 de outubro de 1983.
 - C) Na administração autárquica, sem concurso público de provas ou de provas e títulos após o dia 5 de outubro de 1983.
 - D) Na administração fundacional, sem concurso público de provas ou de provas e títulos após o dia 5 de outubro de 1983.
05. Dentre as competências da União, previstas no artigo 21 da CF/88, são:

- I. *Organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;*
- II. *Organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios;*
- III. *Organizar e manter a polícia federal, a polícia rodoviária e a ferroviária federais, bem como a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal e dos Territórios;*
- IV. *Organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio*

- A) Somente as alternativas I e III estão corretas.
- B) Somente as alternativas II e III estão corretas.
- C) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.
- D) Somente a alternativa IV está correta.

06. Podemos afirmar que o controle interno, previsto no artigo 31 da CF é:

- I. *Atividade exercida somente pelo grupo de pessoas designadas pelo gestor estatal para controle de licitações;*
- II. *Atividade exclusivamente exercida no âmbito do setor interno da câmara municipal para o fluxo dos contratos de serviços;*
- III. *A atividade exercida pela Administração Federal para controle de circulação de bens no âmbito da administração pública;*
- IV. *A atividade exercida pela Administração na verificação da legalidade e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.*

- A) As alternativas I e III estão corretas.
- B) As alternativas I e IV estão corretas.
- C) Somente a alternativa II está correta.
- D) Somente a alternativa IV está correta.

07. Segundo o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste, não está entre as medidas disciplinares:

- A) Multa sobre o valor do salário.
- B) Censura.
- C) Perda temporária do exercício do mandato.

D) Perda do mandato.

08. Em relação aos bens dos estados, podemos dizer que:

- I. *Incluem-se entre os bens dos Estados, as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;*
- II. *Incluem-se entre os bens dos Estados, as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;*
- III. *Incluem-se entre os bens dos Estados, as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;*
- IV. *Incluem-se entre os bens dos Estados, as terras devolutas não compreendidas entre as da União.*

- A) As alternativas I, II, III e IV estão erradas.
- B) As alternativas II, III e IV estão erradas.
- C) Somente as alternativas I e IV estão corretas.
- D) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.

09. O Estado tem se mostrado preocupado com o bem-estar da sociedade, principalmente no quesito de satisfazê-los ao que desejam. Para dar andamento a este propósito, o Estado precisa que o Poder-Público intervenha para conciliar o que é de interesse particular em prol da coletividade, garantindo à pessoa condições de segurança e sobrevivência, e restringindo por intermédio de diversas modalidades que estão previstos no Direito. Em relação a intervenção do Estado na propriedade privada, podemos afirmar:

- I. *A Intervenção do Estado na Propriedade Privada, muda assim o seu caráter, não podendo ser concebido o interesse somente com fim a si mesma, mas aderir à necessidade para a utilização pela maioria, passando assim a sociedade aproveitar de maneira mais ampla, promovendo o bem-estar social;*
- II. *A indenização varia de acordo com a modalidade de ocupação temporária: se for vinculada à desapropriação, haverá dever indenizatório; se não for, inexistirá em regra esse dever, a menos que haja prejuízos para o proprietário.*

Essas afirmações:

- A) Ambas estão corretas.

- B) Ambas estão incorretas.
- C) Somente a afirmação I está correta.
- D) Somente a afirmação I está incorreta.

10. O princípio da Supremacia do Interesse público autoriza o Estado a exercer suas funções com coercibilidade e Autoexecutoriedade, frente ao particular. Em relação a estas prerrogativas do Poder Público, podemos afirmar:

- I. *A Administração Pública encontra limites ao exercer suas prerrogativas, sendo que uma das principais sujeições da Administração Pública são os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência, previstos no artigo 37, caput da Carta Magna.*
- II. *O princípio da legalidade serve como fundamento do regime jurídico da Administração Pública, eis que referido princípio, para a Administração Pública, consiste em fazer somente o que a lei autoriza, o que significa que está vinculada à lei.*
- III. *É vedado ao administrador público violar os mandamentos legais, sob pena de praticar ato inválido.*
- IV. *Regime jurídico da administração é o conjunto de regras que o ordenamento jurídico confere ao Poder Público, incluindo-se direitos e obrigações, para que através delas ele possa alcançar o interesse primário do Estado, qual seja, o bem comum, ou o interesse da coletividade.*

- A) Todas estão corretas.
- B) Somente as afirmações II e IV estão corretas.
- C) Somente a afirmação I está correta.
- D) Somente a afirmação III está correta.

11. A Lei de Licitações, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em relação a esta Lei, podemos afirmar:

- I. *Tão importante quanto a celebração de um Contrato Administrativo, é a sua gestão e/ou fiscalização. Tanto isso é verdade que o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 obriga a Administração a designar um representante para acompanhar e fiscalizar os contratos por ela firmados;*

II. *A obrigatoriedade de designação de um gestor para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos Administrativos também consta, na esfera federal, do art. 6.º do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, que “Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.”*

- A) Ambas alternativas estão erradas.
- B) Ambas alternativas estão certas.
- C) Somente a alternativa I está correta.
- D) Somente a alternativa II está correta.

12. Ainda, em relação ao Contrato Administrativo, podemos dizer que:

- I. *Uma vez celebrado o contrato, a estabilidade determina que seja integralmente cumprido. As partes adquirem um direito à execução de seu objeto, sem espaço para mudanças ou desistência por simples capricho ou vontade infundada.*
- II. *A parte que motivar a rescisão antes de executado o objeto, mesmo sendo a Administração, não deverá indenizar a parte que porventura tenha sido prejudicada.*

- A) Somente a alternativa II está correta.
- B) Ambas alternativas estão corretas.
- C) Somente a alternativa I está correta.
- D) Ambas alternativas estão erradas.

13. A Lei n. 8.429/1992, conhecida como LIA (Lei de Improbidade Administrativa), a determinadas condutas praticadas por agentes públicos e também por particulares que nelas tomem parte. Assim pode-se afirmar que:

- I. *A partir da Lei n. 8.429/1992, devemos entender a improbidade administrativa como aquela conduta considerada inadequada – por desonestidade, descaso ou outro comportamento impróprio – ao exercício da função pública, merecedora das sanções previstas no referido texto legal.*
- II. *A definição das condutas inadequadas, previstas na Lei 8429/1992, são dadas pelos artigos 9, 10 e 11 da referida lei: o artigo 9 define os atos de enriquecimento ilícito; o artigo 10, os atos que acarretam lesão ao erário; e o artigo 11, os atos que violam os princípios da administração pública.*

- A) Somente a alternativa I está correta.

- B) Somente a alternativa II está correta.
- C) Ambas alternativas estão erradas.
- D) Ambas alternativas estão corretas.

14. O Estatuto dos Servidores Públicos de Iporã do Oeste, dispõe sobre a posse e exercício dos cargos em seu artigo 12. Em relação a este artigo, é correto afirmar:

- I. *Posse é o ato pelo qual o nomeado manifesta expressamente, sua aceitação às atribuições, deveres, responsabilidade e proibições inerentes ao seu cargo público, com compromisso de bem servir.*
- II. *O termo de posse é formalizado somente pela assinatura da autoridade competente.*
- III. *Em se tratando de servidor em afastamento legal, o prazo é contado a partir do término do impedimento.*

- A) Somente a alternativa I está correta.
- B) Somente a alternativa II está correta.
- C) As alternativas II e III estão corretas.
- D) As alternativas I e III estão corretas.

15. O Estatuto dos Servidores Públicos de Iporã do Oeste, prevê que Reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado ou no resultante de sua transformação, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou Judicial, com ressarcimento de suas perdas. Ainda, podemos afirmar que, a decisão administrativa que determina a reintegração é sempre proferida:

- I. *Em pedido de reconsideração;*
- II. *Em recurso;*
- III. *Ou em revisão de processo*

- A) As alternativas II e III estão erradas.
- B) As alternativas I e II estão erradas.
- C) As alternativas I e III estão erradas.
- D) Todas alternativas estão corretas.

16. De acordo com o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste, a Câmara de Vereadores tem funções legislativas, fiscalizadoras, de assessoramento, julgadoras, administrativas

e institucionais derivadas, além de outras permitidas em leis e reguladas pelo Regimento Interno. Assim, é correto afirmar:

- I. *A função de assessoramento consiste em sugerir e solicitar medidas de interesse público, por meio de indicação, ao Chefe do Poder Executivo Municipal.*
- II. *A função administrativa diz respeito à gestão dos assuntos da administração e da economia interna da Câmara, regendo-se por regulamentos especiais, aprovados pelo Plenário, considerados partes integrantes deste Regimento, e serão dirigidas pela Mesa, que expedirá as normas ou instruções complementares necessárias às suas atividades, estruturação e administração de seus serviços auxiliares.*
- III. *A função julgadora é exercida pela apreciação do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do Município, e pelo julgamento do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores por infrações político-administrativas e por falta ético-parlamentares, previstas em leis.*

- A) Nenhuma das alternativas está correta.
- B) Todas alternativas estão corretas.
- C) Somente a alternativa II está correta.
- D) Somente a alternativa I está correta.

17. São previstos, no Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste, dentre os direitos dos vereadores:

- I. *Oferecer proposições em geral e encaminhar pedidos escritos, através da Mesa, para sugerir medidas ou obter informações que visem o interesse coletivo do Município;*
- II. *Usar da palavra em defesa ou em oposição às proposições apresentadas à deliberação do plenário, nos limites regimentais;*
- III. *Participar, discutir e deliberar, plenamente, sobre qualquer matéria em apreciação na Câmara, salvo quando tenha envolvimento ou interesse pessoal.*

- A) Somente a alternativa II está correta.
- B) Todas alternativas estão erradas.
- C) Somente a alternativa III está correta.
- D) Todas alternativas estão corretas.

18. Segundo o Estatuto dos Servidores Públicos de Iporã do Oeste, dá-se readaptação funcional quando ocorrer modificação no estado físico ou nas condições de saúde do servidor, que aconselhe

o seu aproveitamento em atribuições diferentes, compatíveis com a sua condição funcional, física e mental. A readaptação não implica em mudança de cargo e sua duração depende de recomendações periódicas, de até:

- A) 30 dias, pelo órgão médico oficial.
- B) 90 dias, pelo órgão médico oficial.
- C) 06 seis meses, pelo órgão médico oficial.
- D) 12 meses, pelo órgão médico oficial.

19. Segundo o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste, são assegurados ao Vereador, entre outros, os seguintes direitos, não incluindo:

- A) Participar, discutir e deliberar, plenamente, sobre qualquer matéria em apreciação na Câmara, sem restrição.
- B) Usar da palavra em defesa ou em oposição às proposições apresentadas à deliberação do plenário, nos limites regimentais.
- C) Oferecer proposições em geral e encaminhar pedidos escritos, através da Mesa, para sugerir medidas ou obter informações que visem o interesse coletivo do Município.
- D) Cooperar com a Mesa para a ordem e eficiência dos trabalhos.

20. É a utilização coativa de bens ou serviços particulares pelo Poder Público por ato de execução imediata e direta da autoridade requisitante e indenização ulterior, para atendimento de necessidades coletivas urgentes e transitórias. Trata-se de:

- A) Ocupação temporária.
- B) Requisição.
- C) Desapropriação.
- D) Servidão administrativa.

21. Essa teoria faz surgir a obrigação de indenizar o dano ocasionado pelo ato lesivo e injusto causado à vítima pela Administração. Não se exige qualquer falta do serviço público, nem culpa de seus agentes. Basta a lesão, sem o concurso do lesado. Trata-se de:

- A) Teoria do risco administrativo.
- B) Teoria da culpa administrativa.
- C) Teoria do risco integral.
- D) Teoria do envolvimento sem risco administrativo.

22. É todo aquele que propende a comprovação da eficiência, do resultado, da conveniência ou oportunidade do ato controlado. Esse controle compete habitualmente à Administração, e, em casos excepcionais, expressos na Constituição, ao Legislativo, mas nunca ao Judiciário. Estamos falando de:

- A) Controle preventivo.
- B) Controle finalístico.
- C) Controle hierárquico.
- D) Controle de mérito.

23. São instrumentos normativos que criam tributos, não incluindo:

- A) Medida provisória.
- B) Lei complementar.
- C) Resolução.
- D) Lei ordinária.

24. É o retorno do servidor estável ao cargo por ele anteriormente ocupado em decorrência de constatação oficial de que a transferência ou as promoções ocorreram indevidamente. Trata-se de:

- A) Recondução.
- B) Reversão.
- C) Readaptação.
- D) Ascensão.

25. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, prevista no artigo 3º. da Emenda Constitucional 19/98, que alterou o artigo 37, inciso XIX, parágrafo 8º, poderá ser ampliada da seguinte forma, exceto:

- A) Mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre o prazo de duração do contrato.
- B) Exclusivamente após análise documental dos projetos apresentados.
- C) Somente mediante os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes.
- D) Após a remuneração do pessoal.

(Texto 01)

A Universidade de São Paulo (USP) aprovou a adesão ao Sisu como nova forma de ingresso aos cursos de graduação. Das 11.057 vagas oferecidas em 2016, 1.489 serão destinadas ao Sisu (Sistema de Seleção Unificada) e 9.568 continuarão a ser selecionadas pela FUVEST.

5 Entre os cursos que terão parte das vagas destinadas a candidatos 'pretos, pardos e indígenas', que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas, estão bacharelado em sistemas de informação, licenciatura em ciências da natureza, educação física e saúde, gerontologia, obstetrícia, saúde pública, psicologia, têxtil e moda, lazer e turismo, gestão ambiental, gestão de políticas públicas, marketing e relações internacionais.

10 Das 42 unidades de ensino e pesquisa da USP, sete não disponibilizaram vagas para o Sisu. Além dessas, a ECA (Escola de Comunicações e Artes), a FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) e o IAU (Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos) não aderiram ao sistema, pois a seleção dos novos alunos dessas Unidades conta também com provas de habilidades específicas.

15 Os bônus do Inlusp (Programa de Inclusão Social da USP) continuarão a ser oferecidos a alunos oriundos de escolas públicas que se inscreverem na FUVEST. Esses podem chegar a 20%, conforme o grupo no qual o candidato se inserir, que incidem sobre a nota da primeira fase e a nota final do vestibular.

(Adaptado de UOL – Extraído em 10/11/2015)

26. Em relação às ideias do texto, analise as proposições e assinale a alternativa correta:

I. No passado os alunos não podiam ingressar através do Sisu.

II. As vagas do Sisu são exclusivas para alunos de escolas públicas.

III. Esse texto pertence ao gênero artigo de opinião.

IV. A palavra “oriundos” (linha 15) pode ser substituída por “provenientes”, sem que haja alteração de sentido na frase.

A) Apenas I, III e IV estão corretas.

B) Apenas I e II estão corretas.

C) Apenas I, II e IV estão corretas.

D) Apenas I, III e IV estão corretas.

27. Em relação às estruturas linguísticas do texto, assinale a alternativa incorreta:

A) A forma verbal “aprovou” (linha 1) possui sujeito indeterminado.

B) O pronome demonstrativo “esses” (linha 15) refere-se aos bônus do Inlusp.

C) As vírgulas que se seguem após o verbo “estão” (linha 5) são usadas para separar elementos que você poderia listar.

D) O verbo “continuarão” (linha 14) é regular e está conjugado na 3ª pessoa do plural do futuro do indicativo.

28. Analise as relações das orações no texto e assinale a alternativa correta:

- A) “A adesão” (linha 1) é objeto indireto do verbo “aprovou”.
- B) A conjunção “pois” (linha 18) introduz uma oração coordenada sindética explicativa.
- C) A vírgula anterior à conjunção “conforme” (linha 16) é usada para isolar a oração subordinada substantiva.
- D) “Que” (linha 16) é uma conjunção subordinativa condicional.

29. Assinale a alternativa que melhor completa as lacunas abaixo:

- I. *Ninguém _____ prejudicial.*
- II. *_____ muito, hoje em dia, sobre equidade.*
- III. *Não _____ condições para se realizar a tarefa.*
- IV. *Brevemente _____ as coordenadas.*

- A) Lhe foi / fala-se / havia / nos enviarão.
- B) Foi-lhe / falou-se / haviam / enviar-nos-ão.
- C) Lhe foi / falou-se / havia / enviarão-nos.
- D) Foi-lhe / fala-se / haviam / nos enviarão.

30. Assinale a alternativa que corresponde ao uso correto da norma culta nas frases abaixo:

- I. *Eu gostaria de saber _____ tantas mentiras, Clara.*
- II. *Os candidatos conversavam _____ novas oportunidades de carreira.*
- III. *Você deveria ficar alegre _____ de triste.*
- IV. *Moro _____ dez quadras daqui.*

- A) Porque / acerca de / ao invés de / há.
- B) Por que / acerca de / ao invés de / a.
- C) Por quê / há cerca de / em vez de / a.
- D) Por que / a cerca de / em vez de / há.

31. Qual o domínio da função a seguir? $y=1-1+x$

- A) $\{x \in \mathbb{R} : x \neq 1\}$
- B) $\{x \in \mathbb{R} : x \neq 3\}$
- C) $\{x \in \mathbb{R} : x \neq 2\}$
- D) $\{x \in \mathbb{R} : x \neq 0\}$

32. Se o custo de produção de um produto é de R\$ 150,00 e paga-se 15% de impostos sobre o custo de produção, das opções abaixo, qual deverá ser o preço desse produto para se obter um lucro de no mínimo 10%?

- A) R\$ 190,00
- B) R\$ 180,00
- C) R\$ 170,00
- D) R\$ 160,00

33. Um bar analisou a rotina de seus clientes e viu que eles atendem em média 10 clientes por hora. O horário de funcionamento é das 18h às 02h, e o gasto médio é de R\$ 40,00 por cliente. Se o custo de operação do bar é de 40% do ganho diário, qual o lucro diário desse bar?

- A) R\$ 2.100,00
- B) R\$ 1.950,00
- C) R\$ 1.920,00
- D) R\$ 1.930,00

34. Qual o valor de x na equação a seguir? $2x^2 = -4x$

- A) 4
- B) -2
- C) -4
- D) 2

35. Para se produzir 1000kg de aço de densidade 1g/cm^3 foi gasto R\$ 10.000,00. Quanto se gastaria para se produzir um bloco maciço de aço de 1m^3 ?

- A) R\$ 50.000,00
- B) R\$ 2.500,00

- C) R\$ 5.000,00
- D) R\$ 10.000,00